

450

QUESTÕES

COM RESPOSTAS

**INSTITUTO
AVALIA**



SÓ 
QUESTÕES

DETRAN-SP

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - SÃO PAULO

AGENTE ESTADUAL DE TRÂNSITO

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Matemática e Raciocínio Lógico-Matemático
- ▶ Noções de Informática
- ▶ Direito Constitucional
- ▶ Direito Administrativo
- ▶ Código de Trânsito Brasileiro
- ▶ Resoluções do CONTRAN
- ▶ Legislação estadual





AVISO IMPORTANTE: **Este é um Material de Demonstração**

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.



POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?



- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- × Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- × Questões gabaritadas
- × Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Aproveite a oportunidade de intensificar sua preparação com um material completo e focado na sua aprovação:
Acesse agora: www.apostilasopcao.com.br

Disponível nas versões impressa e digital, com envio imediato!

Estudar com o material certo faz toda a diferença na sua jornada até a APROVAÇÃO.





DETRAN

DEPARTAMENTO ESTADUAL DETRÂNSITO - SÃO PAULO

GABARITANDO 450 Questões Gabaritadas

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO DETRAN-SP Nº 1, DE 8 DE
SETEMBRO DE 2026

CÓD: OP-077ST-26
7901204401781

ÍNDICE

Questões Gabaritadas:

1. Língua Portuguesa	5
2. Matemática e Raciocínio Lógico	35
3. Informática.....	47
4. Direito Constitucional	59
5. Direito Administrativo.....	73
6. Administração Geral e Pública	83
7. Direito Penal	97
8. Direito Processual Penal	107

LÍNGUA PORTUGUESA

1. (Instituto AVALIA - 2023)

Assinale a alternativa em que todas as palavras foram escritas corretamente.

- (A) Angélico – sarjeta – tigela – canjica.
- (B) Vernis – desprezo – asia – atrás.
- (C) Groselha – prazer – gis – analisar.
- (D) Beringela – anjinho – jiló – lage.
- (E) Flexa – hoje – bucha – bondoso.

2. (Instituto AVALIA - 2024)

Considerando que o projeto de texto de ortografia unificada de Língua Portuguesa, aprovado em Lisboa, em 12 de outubro de 1990, pela Academia das Ciências de Lisboa, pela Academia Brasileira de Letras e pelas delegações de diversos países, constitui um passo importante para a defesa da unidade essencial da Língua Portuguesa e para o seu prestígio internacional, foi aprovado o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Com base nesse acordo, assinale a ÚNICA alternativa que apresenta a escrita correta da palavra.

- (A) Superrevista.
- (B) Contrarregra.
- (C) Auto-aprendizagem.
- (D) Microonda.

3. (Instituto AVALIA - 2023)

A ortografia é uma parte essencial da gramática normativa que trata das regras e convenções de escrita de uma língua. No caso do português, a ortografia é regulamentada pelo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, que estabelece normas para a escrita padronizada.

Acerca do tema, assinale a alternativa que apresenta uma palavra cuja ortografia esteja correta.

- (A) Entertido.
- (B) Atravéz.
- (C) Exessivo.
- (D) Escasses.
- (E) Utensílio.

4. (Instituto AVALIA - 2024)

Analise as orações a seguir e assinale aquela em que mau/mal foi empregado corretamente.

- (A) É melhor não fazer, do que fazer mal feito.
- (B) Não gosto que façam mal juízo das pessoas antes de conhecê-las.
- (C) Ele parece ser um mal funcionário.
- (D) Ela mau chegou e já não quer ficar.
- (E) Mau começou a chuva e a luz já acabou.

5. (Instituto AVALIA - 2024)

Analise as orações a seguir e assinale a alternativa que apresenta o uso correto dos “porquês”.

- (A) João foi demitido e não sabe o por que.
- (B) Choro por que estou cansada de sofrer.
- (C) Quero encontrar um porque que faça mais sentido nessa vida.
- (D) A amiga por que me arrisquei não passava de uma falsa.
- (E) Nunca soube por quê ela foi embora.

6. (Instituto AVALIA - 2023)

Assinale a alternativa que apresenta uma palavra escrita de forma INCORRETA no que diz respeito ao uso do acento gráfico.

- (A) Jóia.
- (B) Marquês.
- (C) Anzóis.
- (D) Automóvel.
- (E) Lápis.

7. (Instituto AVALIA - 2024)

Assinale a alternativa em que todas as palavras são paroxítonas.

- (A) Pezinho – gratuito – álibi.
- (B) Pudico – filantropo – míope.
- (C) Sótão – bênção – automático.
- (D) Rubrica – recorde – libido.
- (E) Revólver – bíceps – ácaro.

AMOSTRA

8. (Instituto AVALIA - 2024)

Assinale a alternativa em que todas as palavras foram escritas corretamente.

- (A) Ultra-som / antiinflamatório / contra-senso.
- (B) Contra-ataque / para-quedas / dia-a-dia.
- (C) Coeditor / interracial / reeleição.
- (D) Neorrealismo / micro-ondas / coautor.
- (E) Bem me quer / anti-social / auto-estima.

9. (Instituto AVALIA - 2024)

Qual das palavras a seguir NÃO é formada pelo processo de derivação prefixal?

- (A) Desfavorável.
- (B) Contraproposta.
- (C) Imprescindível.
- (D) Inadiável.
- (E) Catalisador.

10. (Instituto AVALIA - 2024)

A respeito dos processos de formação das palavras, assinale a alternativa correta.

- (A) Endovenoso – hibridismo.
- (B) Chuvisco – derivação prefixal.
- (C) Cor-de-rosa – derivação parassintética.
- (D) Tique-taque – derivação sufixal.
- (E) Sapataria – derivação prefixal e sufixal.

11. (Instituto AVALIA - 2024)

Assinale a alternativa que apresenta uma palavra que NÃO foi formada pelo processo de parassíntese.

- (A) Amaciar.
- (B) Submarino.
- (C) Empobrecer.
- (D) Amotinar.
- (E) Aquífero.

12. (Instituto AVALIA - 2024)

Das palavras a seguir, qual delas NÃO é formada pelo processo de derivação sufixal?

- (A) Contramão.
- (B) Ciumento
- (C) Orgulhoso
- (D) Namorico
- (E) Portinhola.

13. (Instituto AVALIA - 2024)

Leia o texto a seguir para responder à questão
Qualidade de vida e a cura da criança interior
Virgínia Leal

O que tem a ver qualidade de vida com as experiências que tivemos na infância? De que forma elas interferem, até hoje, em nossas atitudes, pensamentos e sentimentos? Tem tudo a ver. A criança não tem pensamentos e sentimentos elaborados, e só registra duas sensações: a de dor e a de prazer. A criança é capaz da entrega plena ao prazer. Ao observar uma criança, percebe-se isso. Por que, então, deixamos de viver essa plenitude ao nos tornarmos adultos? Há um momento, em geral na primeira infância, em que a criança sente uma dor profunda. Ela se sente abandonada e/ou desprotegida pela figura materna ou paterna, ou por ambos. Isso não quer dizer que de fato o abandono ou a desproteção tenham acontecido; como foi dito, os sentimentos e pensamentos infantis são ainda muito rudimentares. Se aconteceu ou não, não é relevante: para ela, a experiência foi real. Quando a criança se sente ferida, ela constrói um mecanismo de proteção para que possa sobreviver emocionalmente. Esse mecanismo não pensa, só reage. Ele é feito de instintos e emoções e sobrevive na fase adulta, no aspecto imaturo das emoções. É preciso não julgar essa parte imatura de nosso ser, se queremos conhecê-la. Todos nós temos uma. É preciso entender que a criança precisou dessa defesa para sobreviver, mas é possível ao adulto abrir mão dela. É preciso dar segurança a essa criança interna que foi relegada, porque acreditamos que, no mundo adulto, não há lugar para ela. Ela ainda vive dentro de nós, cristalizada no momento em que se sentiu impotente. E como não a olhamos e ela quer ser vista, muitas vezes ela é nossa voz e nossas atitudes, expressas através dessa defesa. Toda vez que reagimos a uma situação que se assemelha ao vivido pela nossa criança ferida, é ela que nos comanda. Não estamos interagindo com o presente, reagimos ao passado. Acontece que não temos consciência disso, e tudo que vive no inconsciente cresce e nos domina. E o que fazer para evitar sermos dominados por essa voz imatura? É preciso conhecer essa parte nossa tão escondida de nós mesmos. Ela quer ser vista, validada, acolhida, cuidada e amada. Como fazemos isso? Ao observar nossas reações e atitudes que nos causam mal-estar, desconforto, constrangimento; quando nos sentirmos inadequados, vítimas de pessoas ou situações; quando nos defendermos, culpando o mundo ou as pessoas por nossa infelicidade; quando projetarmos no outro o que não queremos ver em nós. Em todos

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

1. (Instituto AVALIA - 2024)

Considere os conjuntos $A = \{2, 3, 5, 7, 11, 13\}$, $B = \{1, 4, 6, 8, 9, 10, 12\}$, $C = \{2, 4, 5, 8, 11, 10, 12\}$ e as possíveis relações de pertinência (pertence ou não pertence), inclusão (está contido ou não está contido) e operações entre conjuntos (intersecção, união ou diferença). Sendo assim, é correto afirmar que

- (A) $C \subset A$.
- (B) $A - B = B$.
- (C) $B \cup C = \{1, 2, 4, 5, 8, 9, 10, 11, 12\}$.
- (D) $A \cap B = \emptyset$.
- (E) $4 \in A$.

2. (Instituto AVALIA - 2024)

A partir dos conjuntos $A = (-1, 0, 1)$, $B = (1, 2)$ e $C = (-2, -1, 0, 13)$, define-se uma matriz $M_{2 \times 2} = [m_{ij}]$; cujas entradas são

caracterizadas pelo elemento do conjunto resultante das operações a seguir:

- $(A \cup B) - (A \cup C) = (m_{11})$
- $(A \cap B) \cup (A - C) = (m_{12})$
- $(B \cup C) \cap (B - A) = (m_{21})$
- $(C - B) \cap C - (A \cap C) = (m_{22})$

Com base nessa informação, $\det(M)$ vale

- (A) 0.
- b) -2.
- c) 2.
- d) -6.

3. (Instituto AVALIA - 2023)

No total, existem 100 carros disponíveis para venda no pátio de uma concessionária, sendo 40 carros da classe luxo e 60 carros da classe esportivo, e cada um destes carros pode ter duas ou quatro portas. Entre os carros da classe luxo, 10 deles possuem quatro portas e, entre os carros da classe esportivo, 20 possuem duas portas. Os preços de venda destes carros, segundo as características descritas anteriormente, são apresentados no quadro a seguir.

Classe	Número de Portas	
	2 portas	4 portas
Luxo	R\$ 250.000,00	R\$ 400.000,00
Esportivo	R\$ 75.000,00	R\$ 100.000,00

Se essa concessionária vender todos estes carros, então a diferença entre o total arrecadado com a venda dos carros da classe luxo e o total arrecadado com a venda dos carros da classe esportiva, nessa ordem, será igual a:

- (A) R\$ 11.500.000,00.
- (B) R\$ 4.000.000,00.
- (C) R\$ 6.000.000,00.
- (D) R\$ 7.500.000,00.
- (E) R\$ 5.500.000,00.

AMOSTRA

4. (Instituto AVALIA - 2025)

Ao digitar o número de horas trabalhadas por um grupo de funcionários de uma obra em um determinado mês, o apontador de obras digitou o seguinte número no computador: 11.286. Após uma breve conferência no número digitado, o apontador verificou que não havia digitado corretamente esse número, pois havia invertido a posição do algarismo das unidades com o algarismo das centenas. O número correto de horas trabalhadas que esse apontador deveria ter digitado é

- (A) 21.681.
- (B) 11.628.
- (C) 16.281.
- (D) 12.681.
- (E) 11.682.

5. (Instituto AVALIA - 2025)

Na conferência de 40 contratos firmados por intermédio de um Instituto de Previdência Social, um analista desse Instituto verificou que $\frac{1}{5}$ desses contratos

precisavam ser reajustados, com a devida correção de valores; os demais estavam com os valores corretos. O total de contratos verificados por esse analista e que estavam com os valores corretos é igual a

- (A) 14.
- (B) 18.
- (C) 24.
- (D) 30.
- (E) 32.

6. (Instituto AVALIA - 2025)

colaboradores distribuídos em 5 funções distintas, da seguinte maneira:

apontadores: 3 colaboradores;
motoristas: 5 colaboradores;
operadores de rolo compactador: 3 colaboradores;
operadores de vibroacabadoras: 5 colaboradores;
vigilantes: 4 colaboradores.

Uma fração que representa o número de colaboradores que exercem a função de motorista em relação ao total de colaboradores desse grupo é igual a

- (A) $\frac{1}{10}$.
- (B) $\frac{1}{4}$.
- (C) $\frac{1}{5}$.
- (D) $\frac{1}{2}$.
- (E) $\frac{1}{3}$.

7. (Instituto AVALIA - 2025)

Em um grupo composto por 30 pessoas, 7 trabalham no período matutino; $\frac{3}{5}$, no período vespertino; os demais, no período noturno. O total de pessoas desse grupo que trabalham no período noturno é igual a

- (A) 1 pessoa.
- (B) 3 pessoas.
- (C) 5 pessoas.
- (D) 7 pessoas.
- (E) 9 pessoas.

8. (Instituto AVALIA - 2025)

No cálculo dos proventos para a folha de pagamento em um determinado mês, chegou-se ao valor de R\$ 56.000. Se $\frac{1}{8}$ desse valor se refere ao pagamento de horas extras, então o valor pago por horas extras nessa folha de pagamento é igual a

- (A) R\$ 13.000.
- (B) R\$ 11.500.
- (C) R\$ 10.000.
- (D) R\$ 8.500.
- (E) R\$ 7.000.

9. (Instituto AVALIA - 2025)

Um engenheiro civil supervisiona quatro diferentes equipes de trabalho em uma obra. Em um determinado momento, esse engenheiro verifica que: a equipe 1 concluiu um quinto dessa obra; a equipe 2 concluiu três décimos; a equipe 3 concluiu um décimo; e a equipe 4 conclui um quarto dessa obra. Se somarmos as partes concluídas dessa obra por cada uma dessas quatro equipes, então é correto afirmar que, no total, essas quatro equipes já concluíram

- (A) sete vinte avos da obra.
- (B) dezesseis trinta avos da obra.
- (C) dezessete vinte avos da obra.
- (D) nove dez avos da obra.
- (E) treze trinta avos da obra.

10. (Instituto AVALIA - 2025)

Somando-se os números decimais 3,45 e 6,56, obtém-se como resultado

- (A) 9,51.
- (B) 9,91.
- (C) 10,01.
- (D) 10,31.
- (E) 11,41.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

1. (Instituto AVALIA - 2026)

Uma equipe de cientistas de dados de uma autarquia federal está desenvolvendo um modelo de aprendizado de máquina para prever o risco de evasão de estudantes em cursos de capacitação técnica. Para refinar o poder preditivo do algoritmo, o engenheiro de dados propõe incluir no modelo o histórico detalhado de compras de livros e os registros completos de navegação dos alunos na rede Wi-Fi da instituição, argumentando que essas variáveis aumentam a precisão estatística. Embora o objetivo do modelo seja legítimo e explícito, a inclusão de dados excessivos e desproporcionais para atingir esse escopo viola frontalmente o princípio da

- (A) segurança, que determina a segregação física de tabelas de dados sensíveis na infraestrutura.
- (B) transparência, que obriga o compartilhamento aberto dos pesos estatísticos de modelos preditivos.
- (C) qualidade, que exige a atualização síncrona dos registros cadastrais em ambientes produtivos.
- (D) necessidade, que limita a coleta ao mínimo de dados pertinentes e proporcionais ao objetivo pretendido.
- (E) livre acesso, que faculta a consulta irrestrita de bases governamentais por sistemas automatizados.

2. (Instituto AVALIA - 2025)

A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) dispõe sobre o tratamento de dados pessoais por pessoas naturais ou jurídicas, de direito público ou privado, com o objetivo principal de

- (A) promover o livre comércio de dados pessoais para fins publicitários e comerciais.
- (B) regular a coleta de dados biométricos para uso exclusivo de órgãos de segurança pública.
- (C) garantir a livre circulação de dados pessoais entre empresas, sem restrições.
- (D) proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.
- (E) incentivar a criação de bancos de dados públicos com informações detalhadas sobre todos os cidadãos.

3. (Instituto AVALIA - 2023)

A Lei nº 13.709/18 dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

Sobre o contido nesta legislação, poderá ser considerado controlador:

- (A) apenas pessoas naturais.
- (B) apenas pessoas jurídicas.
- (C) pessoas de direito público ou privado.
- (D) apenas pessoas de direito público.
- (E) apenas pessoas de direito privado.

4. (Instituto AVALIA - 2026)

Uma agência reguladora federal planeja implementar um sistema preditivo baseado em aprendizado de máquina para identificar indícios de fraudes em licitações a partir do cruzamento automatizado de bases de dados cadastrais e fiscais de empresas. Diante do risco elevado ao tratamento de dados pessoais e das obrigações de governança estabelecidas pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), a elaboração e o escopo do Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais (RIPD) aplicável a esse pipeline analítico devem prever que o

- (A) documento contenha a descrição dos processos de tratamento que possam gerar riscos às liberdades civis e aos direitos fundamentais.
- (B) relatório seja elaborado somente após a homologação final do modelo preditivo, dispensando a sua atualização nas fases de reprocessamento.
- (C) conteúdo exima a instituição da aplicação de sanções administrativas pela autoridade competente, validando a conformidade estática.
- (D) processo restrinja a avaliação aos riscos técnicos da infraestrutura de nuvem, ignorando o impacto aos direitos e às liberdades civis.
- (E) escopo inclua obrigatoriamente a abertura pública do código-fonte dos algoritmos de aprendizado, sobrepondo o princípio da transparência.

AMOSTRA

5. (Instituto AVALIA - 2025)

Um servidor público responsável por organizar os cadastros dos cidadãos atendidos por um órgão estadual mantém uma planilha com nome, telefone, endereço e número de documentos pessoais. Essa planilha é armazenada em um serviço de nuvem gratuito, vinculado ao seu e-mail pessoal, para facilitar o acesso remoto. Além disso, ele compartilha o link da planilha com colegas via aplicativos de mensagens instantâneas, sem restrição de acesso por senha. À luz dos princípios da proteção de dados e da segurança da informação, assinale a alternativa correta que apresenta os riscos e as responsabilidades associados a essa conduta.

- (A) A prática é segura, pois a nuvem garante backup e disponibilidade dos dados.
- (B) Está adequada, desde que utilizada apenas para fins profissionais.
- (C) Viola os princípios da LGPD, pois expõe dados pessoais sem controle de acesso adequado.
- (D) Só configura infração se os dados forem alterados ou excluídos indevidamente.
- (E) É aceitável, pois o servidor utiliza apenas seus próprios dispositivos para acessar os dados.

6. (Instituto AVALIA - 2025)

Durante uma capacitação, um servidor público foi instruído a organizar sua Área de Trabalho, criando atalhos para os programas que mais utiliza. No entanto, ele apagou um atalho e ficou preocupado achando que havia excluído o programa. Com base no funcionamento do Windows 10, o que acontece ao excluir um atalho da Área de Trabalho?

- (A) O programa é permanentemente desinstalado do computador.
- (B) O sistema trava, e o ícone desaparece da barra de tarefas.
- (C) Apenas o atalho é removido, e o programa continua instalado no sistema.
- (D) O programa é movido para a Lixeira, podendo ser restaurado.
- (E) O atalho é bloqueado e precisa ser reativado com senha.

7. (Instituto AVALIA - 2025)

Durante uma tarefa no laboratório de informática, um aluno abriu diversos aplicativos no Windows 10 e teve dificuldade em alternar entre as janelas. O monitor sugeriu o uso de um atalho de teclado para navegar entre os programas abertos sem usar o mouse. Qual atalho o aluno deve utilizar para alternar entre as janelas abertas?

- (A) CTRL + ALT + DEL
- (B) ALT + TAB
- (C) SHIFT + ESC
- (D) CTRL + SHIFT + ESC
- (E) WINDOWS + L

8. (Instituto AVALIA - 2025)

Um escrivão precisa organizar pastas que contêm boletins de ocorrência no computador da delegacia. Ele deseja mover todos os arquivos de uma pasta chamada "Provisórios" para a pasta "Arquivados", localizada em outra unidade do sistema (de C: para D:). Para realizar essa tarefa, ele utiliza o Explorador de Arquivos do Windows

10. Qual ação realiza corretamente a movimentação dos arquivos entre unidades diferentes?

- (A) Selecionar os arquivos, pressionar Ctrl + C e, depois, Ctrl + V na pasta destino.
- (B) Selecionar os arquivos, pressionar Ctrl + X e, depois, Ctrl + V na pasta destino.
- (C) Selecionar os arquivos e arrastá-los com o botão esquerdo do mouse para a nova pasta.
- (D) Selecionar os arquivos e pressionar apenas a tecla Delete.
- (E) Abrir a pasta "Arquivados" e clicar em "Atualizar", para que os arquivos sejam movidos automaticamente.

9. (Instituto AVALIA - 2025)

Um técnico de suporte está prestando atendimento remoto a um usuário que precisa melhorar o desempenho de seu computador com Windows 10, sem realizar upgrades de hardware. Durante a conversa, o técnico recomenda algumas ações: desativar programas que iniciam com o sistema; verificar o uso da CPU e da memória RAM em tempo real; e limpar arquivos temporários que ocupam espaço no disco. Com base no Windows 10 e nas funcionalidades nativas do sistema, assinale a alternativa que apresenta **corretamente** as ferramentas que o usuário pode utilizar para realizar essas ações.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. (2025)

A República Federativa do Brasil tem as suas relações internacionais regidas por princípios listados na Constituição Federal.

Entre esses princípios se encontra:

- (A) A concessão de asilo político.
- (B) O repúdio à misoginia.
- (C) O combate ao crime organizado e ao tráfico de drogas.
- (D) A preservação das fronteiras nacionais.
- (E) A defesa do livre comércio.

2. (2024)

Os objetivos fundamentais da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 delineiam a essência dos propósitos norteadores da nação.

Assinale a opção que compreende objetivo fundamental da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

- (A) Promover a soberania.
- (B) Garantir o desenvolvimento nacional.
- (C) Engajar o pluralismo político.
- (D) Assegurar a dignidade da pessoa humana.
- (E) Fomentar a cidadania.

3. (2024)

Considere a Constituição Federal de 1988 para responder a questão

São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo, bem como o Judiciário,

- (A) regendo-se, a República Federativa do Brasil, nas suas relações internacionais, pelos princípios da não-concessão de asilo político, intervenção e solução pacífica dos conflitos.
- (B) além do Ministério Público, regendo-se a República Federativa do Brasil, nas suas relações internacionais, pelos princípios da concessão de asilo político, defesa dos povos, cooperação internacional e internacional, dentre outros.
- (C) regendo-se, a República Federativa do Brasil, nas suas relações internacionais, pelos princípios da intervenção, igualdade entre os Estados e autodeterminação dos povos, dentre outros.

(D) além do Ministério Público, regendo-se a República Federativa do Brasil, nas suas relações internacionais, pelos princípios da concessão de asilo político, autodeterminação dos povos, não intervenção e cooperação entre os povos.

(E) regendo-se, a República Federativa do Brasil, nas suas relações internacionais, pelos princípios da não-intervenção, igualdade entre os Estados e defesa da paz, dentre outros.

4. (2022)

A República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos estados, Distrito Federal e municípios, e constitui-se em Estado Democrático de Direito. A Constituição, por sua vez, traz alguns preceitos que o legislador constituinte de 1988 determinou como fundamentos expressos. Dentre esses fundamentos, encontra-se o princípio do pluralismo político, sobre o qual podemos dizer que:

- (A) a multiplicidade de opiniões políticas deve ser sempre considerada, e em nome do pluralismo político não poderá sofrer limitações formais
- (B) a Constituição acolhe uma sociedade conditiva, de interesses contraditórios e antagônicos, na qual as opiniões não ortodoxas podem ser publicamente sustentadas, o que conduz à poliarquia, um regime onde a dispersão do Poder numa multiplicidade de grupos é tal que o sistema político não pode funcionar senão por uma negociação constante entre os líderes desses grupos
- (C) o pluralismo político deverá ser mitigado sempre que se ofendam cláusulas pétreas por força da soberania nacional
- (D) são características do pluralismo político: eleições periódicas para Chefe de Estado e Chefe de Governo, diversas esferas de distribuição de poder, observância dos direitos fundamentais implícitos e explícitos, e a tríplice capacidade de autogoverno e autoadministração

AMOSTRA

5. (2021)

São consideradas finalidades básicas do princípio da indissolubilidade do Estado Federativo a

- (A) capacidade de auto-organização e a soberania relativa.
- (B) soberania mitigada e a repartição territorial.
- (C) unidade nacional e a necessidade descentralizadora.
- (D) não secessão e a necessidade de coexistência harmoniosa.
- (E) normatização interna própria e a autonomia relativa.

6. (2023)

Guilherme, trabalhador urbano, de acordo com a Constituição Federal, nos termos da lei, cumpridos os requisitos necessários, possui, dentre outros, direito

- (A) à remuneração do trabalho noturno igual à do diurno, bem como a ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de 5 anos.
- (B) a licença-paternidade, bem como ao aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no máximo de 30 dias.
- (C) ao seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário ou involuntário
- (D) ao adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, bem como a remuneração do serviço extraordinário superior, no máximo, em 50% à do normal.
- (E) à licença-paternidade, bem como ao aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de 30 dias.

7. (2023)

Fausto, 15 anos, pretende trabalhar como menor aprendiz em empresa situada em Salvador, realizando serviço considerado insalubre. Sua mãe, Mirtes, e trabalhadora rural e está gestante. De acordo com a Constituição Federal de 1988, Fausto

- (A) não poderá realizar ofício considerado insalubre, ainda que seja como aprendiz, pois é proibido qualquer tipo de trabalho aos menores de dezesseis anos de idade, e Mirtes terá direito à licença à gestante de noventa dias, com redução de salário, por ser trabalhadora rural.
- (B) poderá exercer o trabalho que pretende e Mirtes terá direito à licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias.

(C) não poderá realizar ofício como aprendiz, pois é proibido qualquer tipo de trabalho aos menores de dezesseis anos de idade, e Mirtes terá direito à licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias.

(D) não poderá exercer o trabalho que pretende, pois, embora pudesse trabalhar como aprendiz, não poderia realizar serviço insalubre, em razão de sua idade, e Mirtes terá direito à licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias.

(E) poderá exercer o trabalho que pretende e Mirtes terá direito à licença à gestante de noventa dias, com redução de salário, por ser trabalhadora rural.

8. (2026)

Um delegatário da serventia extrajudicial, em razão do seu ofício, precisou analisar a situação pessoal de Anne, que nasceu no território brasileiro quando seus pais, de nacionalidade turca, aqui se encontravam a serviço da embaixada alemã. Meses após o nascimento, a família se mudou para a Guatemala. Ao atingir a idade de 18 anos, Anne requereu a nacionalidade guatemalteca, o que foi deferido; três anos depois, ela passou a residir definitivamente no Brasil.

Em relação à situação de Anne, o delegatário concluiu corretamente que ela é:

- (A) estrangeira, mas pode optar pela nacionalidade brasileira;
- (B) brasileira nata, não podendo renunciar a essa nacionalidade;
- (C) estrangeira, não podendo readquirir a nacionalidade brasileira;
- (D) estrangeira, mas pode se naturalizar brasileira caso resida no território brasileiro por 15 anos e sem condenação penal;
- (E) brasileira nata, podendo vir a renunciar a essa nacionalidade, o que não ocorreu com a obtenção da nacionalidade guatemalteca.

9. (2026)

Izaú nasceu no Brasil, quando seus pais, alemães, aqui estavam para visitar seus parentes que moravam no Brasil. Erica nasceu no Chile, quando seus pais, brasileiros, lá residiam, pois seu pai estava ali a serviço do Brasil. Alessandra nasceu no Brasil, quando seus pais, italianos, aqui estavam a serviço da Itália.

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. (Instituto AVALIA - 2026)

De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, a Lei de Diretrizes Orçamentárias atenderá ao disposto no § 2º do Art. 165 da Constituição Federal, EXCETO sobre

- (A) o equilíbrio entre receitas e despesas.
- (B) as normas relativas ao controle de custos.
- (C) as normas relativas à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos.
- (D) a destinação de recursos provenientes das operações de crédito, inclusive por antecipação de receita.
- (E) as demais condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas.

2. (Instituto AVALIA - 2026)

A Lei Complementar nº 101/2000 estabelece que o projeto de Lei Orçamentária Anual, elaborado de forma compatível com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, deve ser regido, também, por suas normativas. Com base nessas informações, assinale a alternativa correta.

- (A) Não integrarão as despesas da União, e serão excluídas da Lei Orçamentária, as do Banco Central do Brasil relativas a pessoal e encargos sociais e custeio administrativo.
- (B) É vedado consignar, na Lei Orçamentária, crédito com dotação ilimitada.
- (C) A atualização monetária do principal da dívida mobiliária refinanciada poderá superar a variação do índice de preços previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias ou em legislação específica.
- (D) Não é necessário que todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constem da Lei Orçamentária Anual.
- (E) A Lei Orçamentária consignará dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro que não esteja previsto no plano plurianual.

3. (Instituto AVALIA - 2026)

De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, sobre a execução orçamentária e o cumprimento de metas, assinale a alternativa correta.

- (A) Até 90 dias após a publicação dos orçamentos, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.
- (B) Os recursos legalmente vinculados à finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, apenas no exercício em que ocorrer o ingresso.
- (C) Serão objeto de limitação as despesas ainda que constituam obrigações constitucionais e legais do ente.
- (D) No prazo de 30 dias após o encerramento de cada semestre, o Banco Central do Brasil apresentará, em reunião conjunta das comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional, avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial.
- (E) No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

4. (Instituto AVALIA - 2026)

Tendo por base a Lei Complementar nº 101/2000, é correto afirmar que, em um município com 120 mil habitantes, os Tribunais de Contas emitirão parecer prévio conclusivo sobre as contas no prazo de

- (A) 30 dias.
- (B) 60 dias.
- (C) 90 dias.
- (D) 120 dias.
- (E) 180 dias.

AMOSTRA

5. (Instituto AVALIA - 2026)

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LCP nº 101/2000) estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Com base em suas disposições, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

I. Nos municípios, o limite de despesas com pessoal do Poder Executivo é de 54% da receita corrente líquida do período de apuração; nos estados, esse limite é de 49%.

II. Um dos requisitos para criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa é a declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual (LOA) e compatibilidade com o plano plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

III. A Lei veda expressamente a contratação de operação de crédito por antecipação de receita orçamentária no primeiro ano de mandato do Chefe do Poder Executivo, em qualquer esfera de governo.

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) I, apenas.

6. (Instituto AVALIA - 2026)

O Direito Administrativo é o ramo do direito público que rege a organização e a atividade da Administração Pública. Assinale a alternativa que apresenta a fonte primária e principal do Direito Administrativo.

- (A) A jurisprudência, que são as decisões dos tribunais, sendo a única fonte que o administrador deve seguir.
- (B) Os contratos verbais firmados entre particulares e o Estado, que revogam as normas legais.
- (C) A doutrina, que são os livros escritos pelos estudiosos, tendo força de lei obrigatória para os servidores.
- (D) A Lei (em sentido amplo, incluindo a Constituição), que fundamenta o princípio da legalidade e obriga a atuação do administrador.
- (E) Os costumes, que são as práticas reiteradas da sociedade, tendo força superior à legislação escrita.

7. (Instituto AVALIA - 2026)

São considerados princípios do Direito Administrativo, EXCETO

- (A) legalidade.
- (B) hierarquia.
- (C) impessoalidade.
- (D) moralidade.
- (E) publicidade.

8. (Instituto AVALIA - 2026)

Tendo por base o disposto na Constituição Federal, no que diz respeito à Administração Pública e seus princípios, assinale a alternativa correta.

- (A) A lei poderá reservar percentual de cargos e empregos, bem como estabelecer os critérios de sua admissão, por meio de discriminação positiva, às pessoas com deficiência.
- (B) A associação sindical do servidor público está condicionada a autorização de sua chefia imediata.
- (C) A Constituição garante o direito de greve do servidor público, sem condicioná-lo a qualquer especificação normativa.
- (D) A constituição veda a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.
- (E) É vedada a associação sindical de servidores públicos.

9. (Instituto AVALIA - 2026)

Carla foi aprovada em concurso público para cargo efetivo em um município do interior e, ao tomar posse, recebeu da chefia imediata uma lista de princípios que orientam o trabalho na Administração Pública. Nos termos do Art. 37, caput, da Constituição Federal de 1988, a Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios obedecerá aos seguintes princípios expressamente descritos no mencionado Artigo:

- (A) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- (B) legalidade, pessoalidade, moralidade, publicidade e razoabilidade.
- (C) legalidade, proporcionalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- (D) legalidade, impessoalidade, moralidade, transparência e eficiência.
- (E) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e economicidade.

CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO

1. (2025)

Em relação às competências dos órgãos participantes do Sistema Nacional de Trânsito, analise as afirmativas a seguir e assinale V para a verdadeira e F para a falsa.

() O CETRAN e o CONTRADIFE têm a função de elaborar as normas de trânsito, no âmbito de suas competências.

() Os recursos interpostos contra decisões da JARI são julgados pelo CONTRAN.

() A Polícia Rodoviária Federal e as Polícias Militares dos Estados também compõem esse Sistema.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – F – V.
- (B) V – V – F.
- (C) V – V – V.
- (D) F – V – V.
- (E) F – V – F.

2. (2025)

O órgão máximo normativo e consultivo do Sistema Nacional de Trânsito é o

- (A) JARI.
- (B) CETRAN.
- (C) DETRAN.
- (D) CONTRAN.
- (E) DENATRAN.

3. (2025)

De acordo com o Código de Trânsito Brasileiro, o coordenador do Sistema Nacional de Trânsito e órgão máximo normativo e consultivo é o(a)

- (A) Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN.
- (B) Conselho Estadual de Trânsito – CETRAN.
- (C) Polícia Rodoviária Federal – PRF.
- (D) Junta Administrativa de Recursos de Infrações – JARI.
- (E) Polícia Federal – PF.

4. (2025)

O órgão coordenador do Sistema Nacional de Trânsito e que se constitui na entidade máximo normativa e consultiva desse sistema é o/a:

- (A) CENTRADIFE.
- (B) CONTRAN.
- (C) CETRAN.
- (D) DETRAN.
- (E) DNIT.

5. (2024)

De acordo com o Código de Trânsito Brasileiro, o órgão responsável por comunicar ao órgão executivo da União a suspensão e a cassação do direito de dirigir e, também o recolhimento da Carteira Nacional de Habilitação é o:

- (A) CONTRAN.
- (B) CETRAN.
- (C) CONTRADIFE.
- (D) órgão executivo de trânsito dos Municípios.
- (E) órgão executivo de trânsito dos Estados.

6. (2023)

O Brasil é o quarto país em que mais acontecem acidentes de trânsito e desperdiça com isso 10 bilhões de reais por ano, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Por isso, o estudo de Educação no Trânsito, enquanto componente curricular escolar, é fundamental para a conscientização das crianças em relação ao trânsito, criando nelas valores como companheirismo, cooperação, tolerância, comprometimento e solidariedade.

No Brasil, o coordenador do Sistema e órgão máximo normativo e consultivo do Sistema Nacional de Trânsito é o

- (A) SNT.
- (B) DNIT.
- (C) DETRAN.
- (D) CONTRAN.
- (E) CETRAN.

AMOSTRA

7. (2023)

Dentre os Ministros que compõem o Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), considere:

- I. Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações.
- II. Ministro das Cidades.
- III. Ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania.
- IV. Ministro da Defesa.

Está correto o que consta **APENAS** em

- (A) II e IV
- (B) I e II
- (C) II e III
- (D) III e IV
- (E) I e IV

8. (2022)

O Sistema Nacional de Trânsito é o conjunto de órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios que têm como finalidade o exercício das atividades de planejamento, administração, normatização, pesquisa, registro e licenciamento de veículos, formação, habilitação e reciclagem de condutores, educação, engenharia, operação do sistema viário, policiamento, fiscalização, julgamento de infrações e de recursos e aplicação de penalidades. Compõem o Sistema Nacional de Trânsito os seguintes órgãos e entidades, **EXCETO**:

- (A) Polícia Civil.
- (B) Polícia Militar.
- (C) Polícia Rodoviária Federal.
- (D) COTRAN – Conselho Nacional de Trânsito.

9. (2022)

De acordo com o Código de Trânsito Brasileiro, Lei Federal nº 9.503 de 23 de setembro de 1997, compete às Polícias Militares dos Estados e do Distrito Federal:

- (A) coordenar os órgãos municipais de execução e fiscalização de trânsito, quando e conforme convênio firmado, concomitantemente com os demais agentes credenciados.
- (B) executar a fiscalização de trânsito, independentemente de convênio firmado, como agente do órgão ou entidade executivos de trânsito ou executivos rodoviários, concomitantemente com os demais agentes credenciados.
- (C) executar a fiscalização de trânsito, independentemente de convênio firmado, como agente do órgão ou entidade executivos de trânsito ou executivos rodoviários, prioritariamente em relação aos demais agentes credenciados.

(D) executar a fiscalização de trânsito, quando e conforme convênio firmado, como agente do órgão ou entidade executivos de trânsito ou executivos rodoviários, concomitantemente com os demais agentes credenciados.

(E) coordenar a política estadual e municipal, com o planejamento, a execução e fiscalização de trânsito, independente de convênio firmado, prioritariamente em relação aos demais agentes credenciados.

10. (2026)

Durante o treinamento de novos condutores em um centro de formação de condutores, foram abordadas diversas situações práticas relacionadas ao comportamento adequado no trânsito, especialmente quanto às regras de circulação, prioridade de passagem e conduta segura nas vias públicas. Com base no que está previsto na Lei nº 9.503/1997, que regulamenta o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), quanto às normas gerais de circulação e conduta, assinale a alternativa correta.

- (A) A circulação far-se-á pelo lado esquerdo da via, admitindo-se as exceções devidamente sinalizadas.
- (B) Quando veículos, transitando por fluxos que se cruzem, se aproximarem de local não sinalizado, terá preferência de passagem, no caso de rotatória, aquele que estiver fora dela.
- (C) O trânsito de veículos sobre passeios, calçadas e nos acostamentos só poderá ocorrer para que se adentre ou se saia dos imóveis ou áreas especiais de estacionamento.
- (D) Os veículos prestadores de serviços de utilidade pública, quando em atendimento na via, gozam de livre parada e estacionamento no local da prestação de serviço, desde que devidamente sinalizados, independentemente de identificação.
- (E) A ultrapassagem de outro veículo em movimento deverá ser feita pela direita, obedecida a sinalização regulamentar e as demais normas estabelecidas no CTB, exceto quando o veículo a ser ultrapassado estiver sinalizando o propósito de entrar à direita.

RESOLUÇÕES DO CONTRAN

1. (2026)

A Resolução CONTRAN nº 611/2016 regulamenta a Lei nº 12.977/2014, relativa à atividade de desmontagem de veículos automotores terrestres. Considerando o art. 2º da referida Resolução, deverão ser necessariamente encaminhados para desmontagem, com possível reaproveitamento de peças:

- (A) os veículos apreendidos por ato administrativo ou de polícia judiciária, quando inviável seu retorno à circulação, mesmo por meio de leilão.
- (B) todos os veículos que possuam mais de dez anos de fabricação.
- (C) somente os veículos importados que tenham sofrido sinistro de pequena monta.
- (D) exclusivamente os veículos pertencentes aos órgãos públicos que tenham sido alienados.
- (E) qualquer veículo que apresente defeito mecânico de reparação economicamente viável.

2. (2026)

Conforme o art. 2º, § 2º, da Resolução CONTRAN nº 611/2016, determinados veículos devem ser encaminhados obrigatoriamente para destruição como sucata, sendo vedada a reutilização de suas partes e peças. Essa regra aplica-se, entre outras situações, aos veículos:

- (A) com mais de vinte anos de fabricação, independentemente do estado de conservação.
- (B) incendiados, totalmente enferrujados, repartidos ou cuja autenticidade da identificação ou legitimidade da propriedade não esteja demonstrada.
- (C) adquiridos por empresa devidamente registrada para desmontagem.
- (D) submetidos a reparos estruturais previamente autorizados.
- (E) vendidos diretamente por seus proprietários para reutilização de peças.

3. (2026)

De acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 611/2016, os conceitos de reposição, recuperação e reciclagem de peças apresentam características distintas. Assinale a alternativa que define corretamente a recuperação de peças.

- (A) Utilização imediata da peça, sem qualquer tipo de tratamento.
- (B) Destruição obrigatória de toda peça retirada do veículo.
- (C) Atividade que permite a utilização de peça que necessite de algum tipo de tratamento ou conserto.
- (D) Comercialização de peça nova produzida pelo fabricante original.
- (E) Reintrodução obrigatória do veículo completo no sistema produtivo.

4. (2026)

O art. 4º da Resolução CONTRAN nº 611/2016 estabelece restrições específicas para determinados itens considerados de segurança. Segundo a norma, qual dos itens abaixo não pode ser destinado à reposição, independentemente de seu estado?

- (A) Porta dianteira.
- (B) Para-lama.
- (C) Tampa do porta-malas.
- (D) Sistema de freios.
- (E) Painel de instrumentos.

5. (2026)

Nos termos do art. 8º da Resolução CONTRAN nº 611/2016, o registro concedido à empresa de desmontagem perante o órgão ou entidade executivo de trânsito possui prazo determinado. A validade desse registro será:

- (A) sempre de dois anos, inclusive nas renovações.
- (B) de três anos na primeira concessão e cinco anos nas renovações.
- (C) de cinco anos desde a primeira concessão.
- (D) de um ano em todas as situações.
- (E) de um ano na primeira vez e de cinco anos a partir da primeira renovação.

AMOSTRA

6. (2026)

Conforme o art. 9º, inciso I, da Resolução CONTRAN nº 611/2016, a empresa de desmontagem deve comunicar ao órgão ou entidade executivo de trânsito competente a entrada do veículo em seu estabelecimento, para fins de desmontagem, no prazo máximo de:

- (A) 5 dias.
- (B) 10 dias.
- (C) 15 dias.
- (D) 20 dias.
- (E) 30 dias.

7. (2026)

A Resolução CONTRAN nº 723/2018 disciplina procedimentos administrativos relacionados à suspensão do direito de dirigir e à cassação do documento de habilitação. Conforme seu art. 5º, tais penalidades devem ser aplicadas:

- (A) diretamente pelo agente que lavrou o auto de infração, sem processo específico.
- (B) pela autoridade de trânsito do órgão de registro da habilitação, mediante processo administrativo com ampla defesa, contraditório e devido processo legal.
- (C) exclusivamente pelo Poder Judiciário.
- (D) obrigatoriamente pela Polícia Rodoviária Federal.
- (E) pelo órgão arrecadador da multa, independentemente do registro da habilitação.

8. (2026)

De acordo com o art. 7º da Resolução CONTRAN nº 723/2018, para fins de verificação do somatório de pontos que ensejava a suspensão do direito de dirigir segundo a disciplina contida no material, devem ser consideradas:

- (A) as datas de pagamento das multas.
- (B) as datas de expedição das notificações.
- (C) as datas do cometimento das infrações.
- (D) as datas de julgamento dos recursos.
- (E) as datas de inclusão da pontuação no RENACH.

9. (2026)

Segundo o art. 7º, § 3º, da Resolução CONTRAN nº 723/2018, para efeito de instauração do processo de suspensão por pontuação:

- (A) todas as infrações devem gerar pontos, inclusive as autossuspensivas.
- (B) somente as infrações gravíssimas são consideradas.

(C) somente infrações praticadas no mesmo veículo são consideradas.

(D) não são computados pontos referentes às infrações que preveem, por si mesmas, a penalidade de suspensão do direito de dirigir.

(E) infrações de responsabilidade do proprietário jamais são consideradas.

10. (2026)

Nos termos do art. 10, § 5º, da Resolução CONTRAN nº 723/2018, a notificação de instauração do processo administrativo deverá indicar prazo para apresentação da defesa que:

- (A) será sempre de cinco dias úteis.
- (B) poderá ser inferior a dez dias em caso de reincidência.
- (C) será fixado livremente pela autoridade de trânsito.
- (D) deverá ser exatamente de trinta dias.
- (E) não será inferior a quinze dias contados da data da notificação da instauração do processo.

11. (2026)

Conforme o art. 15, § 1º, da Resolução CONTRAN nº 723/2018, depois de aplicada a penalidade de suspensão do direito de dirigir, o prazo indicado para entrega do documento físico ou interposição de recurso à JARI:

- (A) não será inferior a trinta dias.
- (B) não poderá superar dez dias.
- (C) será obrigatoriamente de quinze dias.
- (D) será de cinco dias úteis.
- (E) dependerá exclusivamente da quantidade de pontos do condutor.

12. (2026)

Segundo o art. 19 da Resolução CONTRAN nº 723/2018, constitui hipótese de instauração de processo administrativo para cassação do documento de habilitação:

- (A) cometer uma infração de natureza média durante o período de validade da CNH.
- (B) conduzir qualquer veículo enquanto estiver suspenso o direito de dirigir.
- (C) deixar de renovar a CNH no prazo regulamentar.
- (D) deixar de pagar multa administrativa no vencimento.
- (E) atingir dez pontos no prontuário de habilitação.

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

1. (2026)

De acordo com o artigo 1º da Lei Complementar nº 1.195, de 17 de janeiro de 2013, a transformação do Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo alterou sua natureza jurídica e estabeleceu características específicas para a nova entidade. Assinale a alternativa que apresenta corretamente essa configuração.

- (A) O DETRAN foi transformado em autarquia, dotada de personalidade jurídica de direito público e autonomia administrativa, financeira e patrimonial.
- (B) O DETRAN foi transformado em empresa pública, dotada exclusivamente de autonomia financeira.
- (C) O DETRAN passou a constituir fundação pública de direito privado subordinada ao Poder Legislativo.
- (D) O DETRAN foi convertido em sociedade de economia mista vinculada à União.
- (E) O DETRAN permaneceu órgão integrante da Administração Pública direta, sem personalidade jurídica própria.

2. (2026)

O artigo 4º da Lei Complementar nº 1.195/2013 disciplina a posição institucional do DETRAN-SP no sistema de trânsito. Considerando também a referência ao artigo 7º, inciso III, da Lei Federal nº 9.503/1997, assinale a alternativa correta.

- (A) O DETRAN-SP exerce exclusivamente funções consultivas em matéria de trânsito.
- (B) O DETRAN-SP é órgão executivo de trânsito do Estado de São Paulo, integrante do Sistema Nacional de Trânsito, tendo por finalidade executar, controlar e fiscalizar as atividades de trânsito.
- (C) O DETRAN-SP é órgão normativo federal responsável por editar o Código de Trânsito Brasileiro.
- (D) O DETRAN-SP possui competência apenas para fiscalizar rodovias federais situadas no Estado.
- (E) O DETRAN-SP atua exclusivamente no julgamento de recursos contra multas municipais.

3. (2026)

A Lei Complementar nº 1.195/2013 prevê diversas fontes de receita destinadas ao funcionamento do DETRAN-SP. Nos termos do artigo 5º dessa norma, constitui receita da autarquia:

- (A) exclusivamente a arrecadação proveniente de multas de trânsito.
- (B) apenas as dotações previstas no orçamento estadual, vedadas receitas de outras origens.
- (C) as dotações orçamentárias, doações, recursos de contratos e convênios, rendas patrimoniais, operações de crédito e outras receitas previstas na lei.
- (D) somente transferências efetuadas pela União mediante convênio.
- (E) exclusivamente valores arrecadados com leilões de veículos.

4. (2026)

Conforme o artigo 7º da Lei Complementar nº 1.195/2013, a estrutura do DETRAN-SP foi organizada em diferentes órgãos. Entre as unidades expressamente relacionadas pela norma encontra-se:

- (A) o Tribunal Administrativo Estadual de Trânsito.
- (B) a Secretaria Estadual de Transporte Rodoviário.
- (C) o Conselho Superior de Segurança Pública.
- (D) a Diretoria de Educação para o Trânsito e Fiscalização.
- (E) a Procuradoria Autárquica de Trânsito, como diretoria setorial.

5. (2026)

Segundo o artigo 9º da Lei Complementar nº 1.195/2013, a representação judicial e extrajudicial, bem como a consultoria e a assessoria jurídica do DETRAN-SP, são exercidas:

- (A) pelo Ministério Público do Estado de São Paulo.
- (B) por departamento jurídico próprio constituído exclusivamente por empregados da autarquia.
- (C) pela Defensoria Pública do Estado.
- (D) pela Advocacia-Geral da União.
- (E) pela Procuradoria Geral do Estado.

AMOSTRA

6. (2026)

O artigo 10 da Lei Complementar nº 1.195/2013 enumera as atribuições do Diretor Presidente do DETRAN-SP. Entre essas competências encontra-se:

- (A) exercer a direção geral da autarquia e expedir portarias e demais atos de sua competência.
- (B) julgar definitivamente todos os recursos apresentados às JARIs.
- (C) editar leis estaduais sobre trânsito independentemente da Assembleia Legislativa.
- (D) exercer a representação judicial da autarquia em substituição à Procuradoria Geral do Estado.
- (E) nomear os membros do Conselho Nacional de Trânsito.

7. (2026)

Nos termos do artigo 11 da Lei Complementar nº 1.195/2013, constitui atribuição do Diretor Vice-Presidente do DETRAN-SP:

- (A) exercer exclusivamente funções de fiscalização rodoviária.
- (B) substituir o Diretor Presidente em suas ausências e impedimentos decorrentes de licença, férias ou outro afastamento legal.
- (C) exercer a representação judicial da autarquia.
- (D) presidir obrigatoriamente todas as Juntas Administrativas de Recursos de Infrações.
- (E) exercer o poder regulamentar reservado ao Governador do Estado.

8. (2026)

De acordo com o artigo 13 da Lei Complementar nº 1.195/2013, funcionarão no DETRAN-SP Juntas Administrativas de Recursos de Infrações - JARI. A essas juntas compete:

- (A) elaborar o Plano Plurianual do Estado.
- (B) registrar e licenciar diretamente todos os veículos do Estado.
- (C) julgar os recursos interpostos pelos infratores, na forma e nos casos previstos pelo Código de Trânsito Brasileiro.
- (D) aplicar sanções disciplinares aos empregados públicos do DETRAN-SP.
- (E) exercer a fiscalização ostensiva de trânsito.

9. (2026)

O artigo 15 da Lei Complementar nº 1.195/2013 estabelece a composição do Quadro de Pessoal do DETRAN-SP. Segundo essa norma, o referido quadro é composto:

- (A) somente por cargos estatutários.
- (B) exclusivamente por empregos públicos permanentes.
- (C) exclusivamente por empregos públicos em confiança.
- (D) pelo Subquadro de Empregos Públicos Permanentes e pelo Subquadro de Empregos Públicos em Confiança.
- (E) apenas por servidores cedidos de outros órgãos estaduais.

10. (2026)

Conforme o artigo 18 da Lei Complementar nº 1.195/2013, o ingresso nas carreiras de Oficial Estadual de Trânsito e Agente Estadual de Trânsito ocorre:

- (A) mediante livre nomeação pelo Diretor Presidente.
- (B) mediante processo seletivo simplificado, independentemente de concurso.
- (C) mediante promoção interna exclusiva de servidores já pertencentes ao Estado.
- (D) por indicação do Secretário de Estado competente.
- (E) na classe inicial, mediante aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos.

11. (2026)

Nos termos do artigo 21 da Lei Complementar nº 1.195/2013, a evolução funcional dos empregados públicos integrantes do Subquadro de Empregos Públicos Permanentes ocorre por meio de:

- (A) progressão e promoção.
- (B) nomeação e recondução.
- (C) transferência e aproveitamento.
- (D) acesso e transposição.
- (E) readaptação e reversão.

12. (2026)

De acordo com os artigos 22 e 24 da Lei Complementar nº 1.195/2013, a progressão funcional está condicionada, entre outros requisitos, ao interstício mínimo no mesmo emprego público e grau. Esse período é de:

- (A) 1 ano.
- (B) 3 anos.
- (C) 4 anos.
- (D) 5 anos.
- (E) 10 anos.





GOSTOU DESSE MATERIAL?

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

EU QUERO SER APROVADO!

